

IGREJA CATÓLICA E A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA: “SUBVERSÃO” DE CLÉRIGOS AOS OLHOS DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL NO MARANHÃO

Marcos Paulo Teixeira

Introdução

A conjuntura da vida política brasileira no ano de 1964 representou um dos momentos mais intensos de nossa história republicana. Os vários atores inseridos no contexto do Golpe Empresarial-Militar¹ presenciaram a ruptura da democracia e a imposição de um Regime Ditatorial. Iniciado com a destituição, do então presidente João Goulart, o regime democrático só seria reinstalado em 1985 através de uma eleição indireta que elegeu um presidente civil depois de longos e tenebrosos 21 anos de Regime que marcariam profundamente a sociedade brasileira.

As várias correntes historiográficas enfatizam o quanto o período do governo João Goulart foi intenso, em termos políticos. Segundo o autor Daniel Aarão Reis Filho², com a renúncia do então presidente Jânio Quadros, em 1961, a posse do vice João Goulart foi vista com maus olhos pela classe dominante brasileira, que tenta impedir a posse principalmente através da ação dos ministros militares e do partido da oposição União Democrática Nacional (UDN). Para garantir que Jango assumisse, mesmo em meio a muita pressão, principalmente de Leonel Brizola, então governador do estado do Rio Grande Do Sul, foi acertada uma solução de compromisso, assim sendo aprovada a emenda constitucional, instaurando o regime Parlamentarista. O então vice-presidente João Goulart, eleito nas urnas, pode enfim assumir a presidência, mas governaria com poderes reduzidos, tendo como Primeiro Ministro Tancredo Neves.

Com o governo enfraquecido, pelo sistema Parlamentarista, Jango encontra dificuldade para governar. A principal característica de seu governo seriam as lutas pelas Reformas de Base³. Segundo Daniel Aarão⁴, é possível identificar o desejo de diversas camadas pelas reformas. Toda essa conjuntura colocava em risco interesses dos conservadores, que assumiram uma postura mais combativa.

O autor André Villela⁵ afirma que as reformas sociais propostas por Jango possibilitariam, de certa forma, o desenvolvimento brasileiro no sentido de construir uma sociedade menos injusta; ainda segundo o autor, Jango quis implementar uma política que tinha como ponto central três objetivos principais: conciliar crescimento econômico aliado a reformas sociais e o combate à inflação.

¹ Em sua obra, “**1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**”. René Dreifuss analisa a participação dos civis, sendo estes pertencentes ao bloco ligado ao capital multinacional e associado, tanto na conjuntura da deposição do presidente João Goulart, como também na ocupação de cargos-chaves no Governo Militar. Mesmo com uso da denominação de “civis”, Dreifuss deixa bem claro que estes eram ligados a setores empresariais e estavam de acordo com os projetos elencados por esse seguimento. Nesse sentido, a utilização do termo Empresarial-Militar é mais correta, tendo em vista a forte participação de tecno-empresários na tomada do Estado e suas modificações. Para uma leitura mais aprofundada sobre a discussão do termo, ver Demian Bezerra de Melo: O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. MELO, Demian Bezerra de (Org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

² REIS, Daniel Aarão. O Colapso do populismo ou a propósito de uma herança maldita. IN. FERREIRA, Jorge. (Org.) **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³ Um conjunto de medidas que visavam a alteração em diversas estruturas no país, a fim de garantir um maior desenvolvimento, juntamente com justiça social, dentre elas encontramos a reforma agrária tida como principal, outras como reforma tributária, eleitoral, bancária, universitária.

⁴ REIS FILHO, op. cit., 2001.

⁵ VILLELA, André. Dos anos Dourados de JK à Crise não resolvida (1956-1963). IN. GIAMBIAGI, Fábio. (Org.) **Economia Brasileira Contemporânea (1954-2004)**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

O presente artigo tem por objetivo lançar um olhar crítico sobre a mudança de posicionamento da instituição Igreja Católica com relação a Ditadura, e também analisar algumas perseguições sofridas por clérigos no Maranhão que se posicionaram contra o Regime, baseado na Lei de Segurança Nacional, presentes nas fichas do Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) que se encontram no Arquivo Público do Maranhão(APEM).

Os Civis nos bastidores da Ditadura

O papel dos militares é sempre colocado em pauta. Porém nas discussões historiográficas recentes, vários autores começaram estudos que destacam a participação de setores da sociedade civil na conjuntura do golpe. O certo é que mesmo num primeiro momento, contando com o apoio de setores políticos conservadores, classe média e Igreja católica, a dinâmica do regime e principalmente da repressão, tem-se uma ideia de que o rompimento com a Democracia causaria feridas ainda presentes em nossa sociedade. Observamos com a dinâmica repressiva, que mesmo os setores que apoiaram os militares, num segundo momento chegam a sofrer repressão do Regime que tinham ajudado a legitimar.

Ainda neste sentido, o historiador uruguaio René Dreifuss demonstra em sua obra, *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*⁶, a participação efetiva de civis na composição do golpe e ocupação de cargos chaves durante a Ditadura Empresarial-Militar Brasileira. Para tanto, parte da análise de duas instituições principais que capitanearam recursos, até mesmo do exterior, para elaborar uma campanha de desestabilização contra o governo de Jango, o complexo IPES/IBAD⁷. O autor mostra que depois da vitória dos golpistas os principais cargos foram ocupados por tecno-empresários, vindos dos dois complexos citados acima, demonstrando que a participação de civis foi primordial para o sucesso do Golpe. Se Dreifuss em sua pesquisa faz uma análise da relação de setores da sociedade civil desde a desestabilização até o golpe, também nos deixa claro que esses civis faziam parte de um pequeno grupo pertencente ao setor empresarial. Se alguns setores apoiaram o golpe não podemos utilizar ou até mesmo aceitar o apoio indiscriminado dos civis a Ditadura Empresarial-Militar, representava apenas uma pequena parcela da população, em grande maioria pertencente ao bloco ligado ao capital multinacional e associado.

Quando em março de 1964 uma fração do exército deu o golpe, de fato, não houve reação por parte de Jango. A democracia fora abruptamente interrompida e daria início aos anos de maior truculência do Estado Brasileiro. O primeiro presidente militar do Regime foi Castelo Branco. Nos primeiros dias do Regime, antes de sua posse, o Comando Supremo da Revolução, comandado por Costa e Silva, promoveu várias violações contra brasileiros. A aprovação dos Atos institucionais marcaria a sociedade e a política brasileira. Os Atos Institucionais representaram a maneira de se impor do regime frente à sociedade e possibilitou a intervenção nos diversos setores sem consulta à população. O AI-1 permitiu as primeiras cassações de mandatos e demonstra que a repressão foi uma constante durante toda a duração do regime, como aponta Carlos Fico:

Mas o interesse pelo período doloroso não é recente: a facilidade com que a desarticulada conspiração se tornou vitoriosa, no dia 1º de abril de 1964, e o pasmante crescimento da repressão- que prendeu arbitrariamente e torturou

6 DREIFUSS, René. **1964: a Conquista do Estado. Ação política, poder, e golpe de classe**. Rio de Janeiro: vozes, 1987.

⁷ O IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais e o IBAD, Instituto Brasileiro da Ação Democrática; constituem um complexo responsável pela campanha de desestabilização do governo de João Goulart. Com a imposição do Regime, alguns de seus principais empresários ocuparam cargos chaves no governo. Cf. DREIFUSS, op. Cit.

desde o primeiro momento, e não somente depois de 1968- suscitaram análises contemporâneas aos próprios fatos analisados.⁸

O autor foca seu trabalho principalmente na formação dos aparelhos de repressão utilizados pelos militares, balizados pela Doutrina de Segurança Nacional, oriundos da Escola Superior de Guerra. Foi formada uma rede de órgãos, bem montada, no sentido de garantir que não houvesse principalmente uma resistência e qualquer foco possível de uma crítica a Ditadura. O autor Enrique Serra Padrós levanta as questões principais em que se balizavam as premissas da Doutrina de Segurança Nacional:

Os conceitos básicos elaborados dentro do pensamento da Doutrina de Segurança Nacional (“inimigo interno”, “guerra interna”, “subversão”, “contra insurgência”, “Estado como ser vivo”, “objetivos nacionais”, etc.) foram disseminados pelos países da região através de diversos mecanismos de transmissão (doutrinação militar, acordos nas áreas de ensino, bens de consumo da indústria cultural).⁹

A características da Doutrina de Segurança Nacional inserem-se num contexto maior, sendo usada em vários países da América latina. O que não muda é sua forma abrupta; seus conceitos básicos geram uma sociedade repleta de medo, sem uma informação coerente e sem uma discussão de um projeto que seja realizado por todos.

“Sorbonne” e “Linha Dura”: disputas pelo controle do Regime e da Repressão

Logo nos primeiros dias Pós-Golpe ficou demonstrada uma divisão dentro do próprio Exército. Existiam dois pontos de vista a respeito do Regime, como aponta Thomas Skidmore¹⁰. Duas frações com projetos distintos dentro do exército: a chamada linha de “Sorbonne”, uma linha tida como “moderada”, encabeçada pelo primeiro presidente militar, Castelo Branco:

Oficiais estreitamente ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), instituição patrocinada pelos militares, cujos cursos de um ano atraíam igual número da elite militar e civil. Outros conhecidos oficiais da Sorbonne eram os generais Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Jurandir de Bizarria Mamede. Este grupo, mais moderado do que a linha dura, defendia a livre iniciativa (embora considerando também necessária a existência de um governo forte), uma política externa anticomunista, a adoção preferencialmente de soluções técnicas e fidelidade à democracia, achando, no entanto, que a curto prazo o governo arbitrário se impunha como uma necessidade. A coesão desses oficiais da Sorbonne resultou das experiências comuns que viveram na FEB, durante a Segunda Guerra Mundial; na ESG (não só como estagiários, mas, sobretudo como professores); e em cursos em instituições militares do exterior, especialmente nos Estados Unidos. Esses oficiais ficaram mais tarde conhecidos como castelistas e desempenhariam importante papel em subseqüentes governos militares.¹¹

Em defesa de ideais contrárias à linha de “Sorbonne”, a chamada “Linha Dura” era encabeçada pelo militar que chefiou as primeiras semanas do golpe. Costa e Silva, que viria a ser o segundo presidente da Ditadura, como pontua Ronaldo Costa Couto:

⁸ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003, p. 169.

⁹ PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. **Revista História e Lutas de Classe**, ano 3- edição nº 4. pag.45, 2007.

¹⁰ SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: De Castelo A Tancredo 1964 – 1985**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹¹ Idem, p. 51-52.

Eles não querem apenas o papel de mero moderador do passado recente, o ciclo intervenção militar- substituição de governantes - volta aos quartéis. Como na crise da renúncia de Jânio Quadros, por exemplo, que resultou em parlamentarismo e Goulart presidente. Agora querem o poder político e a permanência do movimento. Querem governar. Governo forte autoritário. É a “Linha Dura”, direita da direita militar, cuja disputa com os moderados vai permear todo o longo ciclo autoritário.¹²

Ao analisarmos a linha sucessória dentro da Ditadura Empresarial-Militar é possível identificar as mudanças ocorridas no regime em virtude dos dois principais grupos do exército. Como já foi citada, a repressão começou desde os primeiros dias pós-golpe. Em um primeiro momento, tentou-se impedir uma resistência maior por parte tanto dos sindicatos como por pessoas que exercessem cargos políticos ou influência nesse campo. Os órgãos foram sendo criados sistematicamente para garantir que a lei e a ordem, segundo os preceitos do Exército, fossem respeitadas a qualquer custo e preço. Toda a ossatura da repressão foi sendo montada no sentido de garantir que alguns órgãos fossem responsáveis pelo controle das atividades contra o regime.

Na obra de Carlos Fico¹³ fica evidente que a repressão não começou somente depois do AI-5. O que os militares, principalmente aos ligados a “linha dura” almejavam já algum tempo eram maiores poderes para fazê-la de modo mais sistematizado. Demonstra também a dificuldade na desmontagem de todo esse aparato na “Abertura Política”. O ponto central de sua obra insere-se no contexto da organização dos aparelhos repressores, numa conjuntura bem complexa:

O SNI, as DSIs e todos os demais órgãos de informação compunham a comunidade de informações, isto é, dados sobre quaisquer questões ou pessoas de interesse do regime. A produção de tais informações supunha uma rotina bastante regulamentada, que impunha classificações quanto a fidedignidade e veracidade das fontes normas rígidas de sigilo. Quase todo documento produzido pela comunidade recebia uma classificação de sigilo: “reservado”, “confidencial” ou “secreto”.¹⁴

A crítica maior do autor acima citado é com relação à maneira com que esses documentos eram preparados, tendo em vista que a maioria desses órgãos foi criada para vigiar e fazer fichas apontando a posição ideológica, quando na verdade muitas vezes não passava de suposição, que Fico pontua como técnicas de suspeição. Nesse contexto é fácil imaginar que todas essas fichas com falsas informações poderiam ser utilizadas para impugnar candidaturas de desafetos do Regime. A Doutrina de Segurança Nacional balizou toda a estruturação do Golpe, como aponta Nilson Borges, *servindo* “(...) como base ideológica do sistema implantado em 1964 e contribuiu para a formação do aparato de informações da nova ordem institucional”¹⁵. Na transição do governo Castelo Branco para o o segundo general do Regime, Costa e Silva, há uma mudança significativa na efetivação da Doutrina de Segurança Nacional, como aponta Nilson Borges:

Em 13 de dezembro de 1968, o general-presidente Costa e Silva baixa o ato institucional nº 5, resultado de uma crise entre câmara dos deputados e o próprio governo, cujas medidas consolidam a Doutrina de Segurança Nacional e transformam o Brasil num Estado de segurança interna absoluta. No período subsequente, sob a égide do AI-5 e como o General Médici na presidência da

¹² COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 63.

¹³ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

¹⁴ Idem, p. 169.

¹⁵ BORGES, Nilson. A doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Neves. (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura-Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2003, p. 31.

república, a dinâmica do regime será violenta mediante a articulação dos diversos aparatos repressivos disponíveis e a serviço do terrorismo estatal.¹⁶

A transição na presidência de Castelo à Costa e Silva e, em virtude da doença do último, para Médici, colocou à frente do país forças que acreditavam num maior aumento da repressão contra a subversão como saída para continuidade do Regime. Neste sentido o aumento da repressão faz-se nos anos subsequentes. O AI-5 representou o ponto alto da repressão por parte do Regime Militar. As denúncias se multiplicavam, porém, nenhuma resposta era dada a sociedade sobre esses acontecimentos, o que o autor Padrós classifica ao falar da Doutrina de Segurança Nacional(DSN) e ao Terror de Estado(TED):

Em nome da defesa da civilização ocidental e do sistema democrático, a DSN procurou desviar atenções sobre o crescente mal-estar de uma população cada vez mais atingida pelo crescente desequilíbrio da distribuição de renda. Diante dos primeiros sinais de resistência contra esse quadro, a DSN legitimou, em nome do capital internacional e dos seus aliados locais, o uso do Terror de Estado. Tudo justificado com o discurso da defesa da ordem, da estabilidade político-social, da nação ameaçada pelo “comunismo”, das liberdades e da civilização ocidental.¹⁷

O medo imposto tanto pela DSN quanto pelo TED balizaram toda a conjuntura pós 1964. Impondo medo e receio na sociedade com o objetivo de desestabilizar qualquer reação por parte da mesma.

Igreja Católica: Apoio ao Golpe, crítica a Ditadura Empresarial-Militar e perseguição do DOPS

A relação da Igreja com o Regime foi significativa. O principal elemento de seu posicionamento observou-se nas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”¹⁸, ainda na campanha de desestabilização do presidente João Goulart. Dois autores num ensaio conjunto analisam as mudanças pelas quais a Igreja passou durante o Regime. Lucilia de Almeida Neves Delgado e Mauro Passos¹⁹ abordam a colocação das lutas pelos direitos humanos e sociais como fatores principais dessas mudanças ocorridas na igreja.

A igreja Católica não constitui um bloco hegemônico já que nela existem movimentos divergentes e práticas que são influenciadas pelas ligações de seus membros com diferentes classes sociais. No contexto do golpe, a Igreja está inserida principalmente na luta contra o comunismo, pela ordem e pelas autoridades constituídas, explicando, assim, seu apoio ao movimento militar.

Dois eventos principais mudaram o posicionamento da Igreja com relação às questões sociais e principalmente os direitos humanos. No Brasil, o ano de 1968 é apontado como a virada de alguns setores da igreja com relação ao regime, como aponta a obra “Brasil: Nunca mais”:

O ano de 1968 pode ser apontado como marco dessa virada por inúmeras razões: foi um momento de manifestações de protestos e repressão policial condenada pelos cristãos; foi o ano da decretação do AI-5; foi o período em que se iniciaram as primeiras experiências de constituição das comunidades eclesiais de base; e também foi o ano de Medellín. Naquela conferência do episcopado latino-

¹⁶ Idem, p. 39-40.

¹⁷ PADRÓS, Enrique Serra, op. cit., pag.49.

¹⁸ Mobilizações organizadas pela Igreja Católica em várias capitais, com a participação expressiva da classe média a fim de criticar a “radicalização” e uma possível Revolução Comunista no Brasil, rezavam em nome lei ordem, família.

¹⁹ DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; PASSOS, Mauro Passos. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960 - 1970) In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia Neves. (orgs) **O Brasil Republicano. O tempo da ditadura-Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 93.

americano (CELAM), as injustiças sociais cada vez mais graves, que se faziam presentes em todos os países representados, levaram os bispos a afirmar, na resolução final: “não basta refletir, obter maior clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da palavra, mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da ação.”²⁰

O projeto Brasil: Nunca Mais é alicerçado principalmente em processos do Superior Tribunal Militar e caracteriza-se como uma obra de denúncias sobre a violação dos direitos humanos e contra a tortura empregada fortemente nos anos do regime. Com a escalada da repressão nos anos de 1968 e a decretação do AI-5, a Igreja passa também a ser perseguida, principalmente pelas críticas feitas pelos clérigos contra o Regime. No mesmo livro é possível identificar vários processos pelos quais clérigos foram acusados de crimes contra a Segurança Nacional.

As fichas do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), um dos aparelhos repressores na Ditadura Empresarial-Militar, constituem um elemento de grande relevância na pesquisa sobre esse tema, tendo em vista que as mesmas eram utilizadas para obter e registrar informações a respeito de pessoas “suspeitas”. No APEM (Arquivo Público do Estado do Maranhão) encontra-se boa parte dessa documentação.

A respeito da Igreja foram encontrados documentos que destacam a participação de alguns padres envolvidos, aos olhos dos militares, em questões da Segurança Nacional. Em virtude de suas atividades, alguns tiveram seus nomes relacionados nas fichas no DOPS e também chegaram a enfrentar processos na justiça. Como ainda não foram catalogados, muitos ainda estão em caixas “avulsas”, como foi o caso das fichas em que se encontram os nomes de cinco padres e oito civis.

Entre a relação das fichas que envolvem os padres, existe uma que trata do fato de que Ladislau Papp, de nacionalidade húngara, estaria utilizando-se de um jornal da cidade para tecer críticas contra o Regime, bem como praticar atos subversivos, como consta na ficha do mesmo: “ANOTAÇÕES: escreveu vários artigos no Jornal Pequeno²¹, procurando fazer agitação, no que muitas vezes conseguiu seu intento.”²²

Os outros documentos, tanto os relacionados aos clérigos quanto aos civis, apontam o nome de outro padre, infelizmente não há indícios de sua ficha; Daniel Constant Jouffe foi o responsável pela investigação a todos os outros. Acusado de subversão, desenvolveu-se uma cadeia de investigação iniciada a partir de lista de endereços encontrados em sua residência. Tal informação estava claramente descrita nas fichas de vários “suspeitos”.

Ainda na documentação a respeito dos padres, duas fichas chamam atenção, pois contém os respectivos crimes que os fizeram ir a julgamento. Foram os casos de Xavier Gilles de Maupou, de nacionalidade francesa, que chega a ter duas fichas, uma com informações bem detalhadas, outra incompleta, e Antônio Monteiro Xavier, que tem somente uma ficha. As duas têm uma ligação. Os dois padres em questão são acusados de cometer os mesmos crimes. Vejamos a “OCORRÊNCIA” descrita na ficha de Antônio Monteiro Xavier:

Incurso nos artigos 23, 25, 39, incisos I, V e 45, incisos I, II decreto lei de Nº 898 de 29/09/79. Pela subdelegacia da polícia federal do estado. Inquérito iniciado em 04.08.70 terminado em 18/08/70 quando foi encaminhada a auditoria militar. O sacerdote em tela foi julgado e absolvido, juntamente com o Pe. Xavier.Gilles. M, sendo que ambos eram vigários de São Benedito do Rio Preto local onde foram acusados de praticar os crimes já citados.²³

²⁰ Arquidiocese de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985, p. 148.

²¹ Jornal da Ilha de São Luís- MA. Na ficha não consta o dia da publicação nem qualquer informação que possibilite a inserção de demais informações sobre a crítica feita no referido jornal.

²² Caixa avulsos DOPS (APEM). Série- Documentos Avulsos. Nº do dossiê nº6, Relações nominais de fichário do DOPS. Cx. 148-Est. 07-Prat. 03.

²³ Caixa avulsos DOPS (APEM). Série- Documentos Avulsos. Nº do dossiê nº6, Relações nominais de fichário do DOPS. Cx. 148-Est. 07-Prat. 03.

Ao analisarmos o decreto lei Nº 898, os artigos e os incisos que os clérigos foram acusados, pode-se observar que são todos crimes contra a Lei de Segurança Nacional, como o artigo 23: “Tentar subverter a ordem ou estrutura político-social vigente no Brasil, com o fim de estabelecer ditadura de classe, de partido político, de grupo ou indivíduo. Pena: reclusão, de 8 a 20 anos”²⁴; como também o Art. 25. “Praticar atos destinados a provocar guerra revolucionária ou subversiva. Pena: reclusão, de 5 a 15 anos”. Se, em virtude deles, a guerra sobrevém. “Pena: prisão perpétua, em grau mínimo, e morte, em grau máximo”²⁵.

O último padre, Rogério Dubois, tem em sua ocorrência apenas a questão de seu endereço ter sido encontrado com o Pe. Daniel Constant J. , na ficha de cinco dos oito civis, todos são professores e alguns chegam a ter como complemento o status universitário. Nas fichas dos cinco consta o seguinte texto, como também na do padre Rogério Dubois; “ANOTAÇÕES: este nome consta na relação de endereços do Pe. Daniel C. J, suspeito de exercer atividades subversivas.”²⁶ Todos datam de 1971, e alguns apresentam um complemento, tratando de alguns dos civis terem seguido para a Equipe de Docentes para a América Latina (EDAL).

Através da documentação é possível observar de que maneira mesmo civis apresentados nas fichas como suspeitos, simplesmente por terem seus nomes relacionados a uma lista encontrada com um “subversivo”. Alguns clérigos demonstram seu descontentamento com o Regime. Do outro lado percebe-se uma única resposta, a repressão. Sempre categorizada pelos aparelhos criados para este fim, demonstra a organização que os militares tiveram para criar e por em prática a Doutrina de Segurança Nacional.

Considerações Finais

As premissas da Doutrina de Segurança Nacional foram a base da Ditadura Empresarial-Militar instaurada no Brasil. Toda a sua estruturação reflete o que esse período significou para a sociedade brasileira, tendo em vista que a repressão e a tortura foram marcas registradas dos militares no poder. Nem mesmo as camadas que apoiaram os militares estavam livres de seus aparelhos repressores; a Igreja Católica, sempre influente na sociedade brasileira, escolheu um lado, e vimos nas “Marchas da família com Deus pela Liberdade” a manifestação de seu medo pela “Ameaça Comunista”.

Com as mudanças em seu ordenamento interno e com uma visão mais voltada para os problemas enfrentados na América Latina, a questão social e o respeito pelos direitos humanos entram em definitivo na pauta da Igreja. Essas questões também eram um problema para o Regime Militar; tendo em vista que o regime gerou uma grande exclusão e concentração de renda no Brasil; as torturas sintetizam a relação inexistente com os Direitos Humanos, não havia respeito pelos cidadãos, não havia respeito pelas leis. A partir do AI-5 o aumento da repressão demonstrou o desmoronamento por completo do respeito às premissas que agora a Igreja estava engajada em defender. Do mesmo modo que alguns Clérigos passam a criticar a ditadura, a repressão passa a ser constantes na vida daqueles que se diziam contrários a ordem interna; os subversivos estariam colocando em risco a segurança da nação e isso, aos olhos da Doutrina de Segurança Nacional, constituía crime. A perseguição, portanto, era feita a qualquer um, padre ou civil. O inimigo agora era interno e

²⁴ Decreto Lei Nº 898, De 29 De Setembro De 1969. Define os Crimes Contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social Estabelecem Seu Processo e Julgamento e da Outras Providencias.

²⁵ Decreto Lei Nº 898, De 29 De Setembro De 1969. Define os Crimes Contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social Estabelecem Seu Processo e Julgamento e da Outras Providencias.

²⁶ Caixa avulsos DOPS (APEM). Série- Documentos Avulsos. Nº do dossiê nº6, Relações nominais de fichário do DOPS. Cx. 148-Est. 07-Prat. 03.

precisava ser combatido a qualquer custo e sem se preocupar com as consequências, deixando assim marcas profundas